



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ**

Processo: 0000776-12.2023.8.16.0183

Recuperanda: Grupo Translaura

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, já qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio de seu representante legal e profissional responsável, nos termos do artigo 21, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, **Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES**, igualmente já qualificado nestes autos de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar a **ATA DA CONTINUIDADE DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES VIRTUAL**, realizada em 15/04/2024, às 14h.

Nos termos do artigo 37, § 7º, da Lei 11.101/2005, promove-se a juntada da **Ata da continuidade da Assembleia Geral de Credores** ocorrida em 15/04/2024, às 14h, contendo o nome e assinatura do Presidente, Secretário, patrona das Recuperandas e 2 (dois) credores da Classe dos Créditos Quirografários, instruída, ainda, com o laudo de verificação de presença dos Credores, o qual foi disponibilizado pela plataforma Assemblex, conforme anexo.

Os trabalhos foram desenvolvidos em estrita conformidade legal e ampla participação de todos os interessados, obtendo, de maneira resumida, o resultado a seguir exposto.

Realizados os procedimentos iniciais e preparatórios previstos em Lei, bem como explanadas todas as orientações sobre a plataforma virtual aos credores e participantes, a Assembleia Geral de Credores, devidamente instalada na data de 05/04/2024, teve sua continuidade, estando presentes no ato





todos os 5 (cinco) credores das Recuperandas, os quais totalizavam 100% (cem por cento) dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial.

Durante a realização do ato, restou observado pelo representante desta AJ que o quórum legal já havia sido fixado na data supracitada, não mais podendo ser modificado ou incluído qualquer credor ausente nesta oportunidade, salvo na hipótese de determinação judicial.

Ato contínuo, o Presidente novamente informou a ordem do dia a ser deliberada pelos participantes, qual seja:

- a) aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelas Recuperandas nos autos do mov. 145 e seu modificativo ao mov. 328;
- b) deliberação sobre a constituição do comitê de credores e escolha dos seus membros; e
- c) outros assuntos relacionados à Recuperação Judicial, autos n.º 0000776- 12.2023.8.16.0183.

Após, a representante das Recuperandas, Dra. Jenniffer de Freitas Lima, requereu a palavra, passando-a ao consultor financeiro, Sr. William Felipe Alves Caetano, o qual informou que, conforme acordado em última AGC, as Recuperandas juntaram nos autos o modificativo do PRJ ao mov. 328, sendo que uma das grandes mudanças ocorreu na proposta de pagamento da Classe III – Créditos Quirografários, a qual terá a primeira parcela paga no mês subsequente ao da aprovação do PRJ.

Nada obstante, o consultor das Recuperandas salientou que houve a inclusão da proposta de pagamento dos créditos extraconcursais, o que era pleito de alguns credores, bem como se comprometeram a fornecer a





localização diária dos caminhões, a promover a desistência de todas as impugnações de crédito que as Recuperandas protocolaram e de não requerer nova prorrogação de *stay period*.

Na sequência, o Presidente salientou que o Modificativo ao PRJ estava disponível na plataforma virtual Assemblex, solicitando à sua equipe que fosse explicado aos presentes a forma de acesso à documentação.

Ato subsequente, iniciaram-se tratativas entre os Credores e os representantes das Recuperandas, a fim de viabilizarem melhores condições de pagamentos. Diante da extensão das tratativas, esta Administradora Judicial informou que a sua íntegra está disponível no seu canal do YouTube (<https://www.youtube.com/@marquesadmjudiciais>).

Ao término das negociações acima descritas, o Presidente colocou em votação a **aprovação, rejeição e/ou modificação** do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas ao mov. 145 e seu modificativo ao mov. 328 dos Autos desta Recuperação Judicial, por meio do sistema de votação da empresa Assemblex, sendo apresentadas de forma detalhada aos credores todas as orientações necessárias para o exercício de voto na plataforma.

Encerrada a votação pelos credores com **Créditos Quirografários**, o resultado obtido foi de que: **01 (um) credor**, equivalente a **25% (vinte e cinco por cento)** dos representantes votantes da classe, bem como **12,27% (doze, vinte e sete por cento)** do valor dos créditos da classe presente votou pela **aprovação** do Plano de Recuperação Judicial e Modificativo; **03 (três) credores**, equivalentes a **75% (setenta e cinco por cento)** dos representantes votantes da classe, bem como **87,73% (oitenta e sete, setenta e três por cento)** do valor dos créditos da classe presente votou pela **rejeição** do Plano de Recuperação Judicial e Modificativo; e **01 (um) credor** se **absteve**.





Após a exposição do resultado em tela para conferência em tempo real de todos os presentes, o Presidente declarou a **REJEIÇÃO do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas ao mov. 145 e seu modificativo ao mov. 328 dos autos desta Recuperação Judicial, nos termos do art. 45 e incisos da Lei 11.101/2005.**

Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Assembleia discorreu acerca dos requisitos previstos para aprovação do PRJ por meio de *cram down*, nos moldes do art. 58, § 1º, da Lei n.º 11.101/2005, resultando na seguinte exposição:

20.1 Art. 58, § 1º, inciso I: "o voto favorável de credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembléia, independentemente de classes". **In casu, obteve-se voto favorável de 12,27% (doze, vinte e sete por cento) dos créditos presentes na AGC;**

20.2 Art. 58, § 1º, inciso II: "a aprovação de 3 (três) das classes de credores ou, caso haja somente 3 (três) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 2 (duas) das classes ou, caso haja somente 2 (duas) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 1 (uma) delas, sempre nos termos do art. 45 desta Lei". **In casu, não se obteve aprovação da única classe constante na AGC (Classe III – Créditos Quirografários);**

20.3 Art. 58, § 1º, inciso III: "na classe que o houver rejeitado, o voto favorável de mais de 1/3 (um terço) dos credores, computados na forma dos §§ 1º e 2º do art. 45 desta Lei." **In casu, obteve-se voto favorável de 25% (vinte e cinco por cento) de credores por cabeça, e 12,27%**





**(doze, vinte e sete por cento) dos créditos da Classe III –
Créditos Quirografários, não alcançando o requisito legal.**

Verificou-se, portanto, o não cumprimento dos requisitos do art. 58, § 1º da Lei n.º 11.101/2005, **cujo resultado é apresentado a este d. Juízo para análise.**

Em observância às disposições da lei de regência, o Presidente colocou em votação o interesse dos Credores de apresentarem Plano de Recuperação Judicial Alternativo, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme expressa previsão do art. 56, § 4º, da Lei 11.101/2005.

Encerrada a votação pelos credores com **Créditos Quirografários**, o resultado obtido foi de que **3 (três) credores**, equivalentes a **100% (cem por cento)** dos representantes dos credores presentes e votantes da classe, bem como **100% (cem por cento)** do valor dos créditos votaram pelo **desinteresse** em apresentarem Plano de Recuperação Judicial alternativo pelos credores; e **02 (dois) credores se abstiveram.**

Em decorrência do **desinteresse** dos Credores em apresentarem o Plano de Recuperação Judicial Alternativo, o Presidente informou aos presentes que a ata seria juntada nestes autos, a fim de que o Juízo tenha dela conhecimento, **especialmente quanto a rejeição do PRJ e Modificativo apresentados pelas Recuperandas, bem como do não cumprimento dos requisitos de aprovação por cram down, para os fins previstos pelo art. 56, § 8º, da Lei 11.101/2005.**

Diante de todo o exposto, esta Administradora Judicial promove a juntada da **Ata da Continuidade da Assembleia Geral de Credores e seus anexos**, bem como a gravação do ato na íntegra, por meio do *link* do canal do



 **MARINGÁ/PR**
Av. Mauá, 2720 - Sl 04
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP 87.050-020
44 3226-2968 | 44 99127-2968